

Economia viverá um semestre de ajuste

Brasil

SÃO PAULO — Brasileiras e brasileiros devem preparar seus espíritos para enfrentar seis meses de más notícias: a partir de agora, começa a despencar sobre suas cabeças uma pilha de números ruins, todos eles indicativos de que as fábricas não fabricam, o comércio não comercia, os trabalhadores não têm onde trabalhar. "O pior já passou, mas o pior ainda está por vir", brinca um economista da PUC carioca, de olho na defasagem entre a ocorrência do fato econômico e seu registro nos indicadores estatísticos. Em outras palavras, avverte que vai ser sentido agora muito mais o efeito retardado do Cruzado II, desestabilizador das atividades econômicas a partir de janeiro deste ano, do que qualquer consequência precoce do Plano Bresser, recém-nascido de apenas 23 dias.

"Teremos um semestre de ajuste às novas regras da política econômica e só depois voltaremos à normalidade", assegura o ex-ministro do Planejamento João Sayad. José Carlos Moraes Abreu, presidente do conselho de administração do Banco Itaú, concorda em gênero e grau: tanto que mandou a instituição — a segunda maior do país, entre as privadas — dar prioridade às operações do atacado, por acreditar que o pequeno tomador de empréstimo vai temporariamente sumir do mapa.

Embora a média das opiniões de analistas e agentes econômicos coincida em que a produção no país está apenas mudando de engrenagens — dando o adeus definitivo à terra prometida do elevado consumo interno propiciado pelo Plano Cruzado, o primeiro, para voltar ao modelo exportador — não se pode negar aos cidadãos o direito de ficarem assustados com o que vêm à sua volta. Quando o IBGE anuncia que o desemprego bate em 4% da população economicamente ativa, ou 2 milhões 200 mil dos 55 milhões de trabalhadores — como ocorreu na segunda-feira passada — provavelmente não ocorrerá a brasileiras e brasileiros que a cifra é quase igual à de maio de 1986 (4,1%), pois ele estará preocupado em saber se encontrará na manhã seguinte um bilhete-azul quando for bater o ponto na fábrica.

Da mesma forma, a certeza apregoada pelo economista Francisco Lopes, pai do Plano Cruzado e parceiro do Plano Bresser, de que a crise atual na indústria está concentrada no setor automobilístico, embora correta, torna-se murmúrio débil diante do quadro de demissões e concessão de férias coletivas na área. O vigoroso crescimento das exportações das montadoras no primeiro semestre deste ano, comparado ao mesmo período de 1986 (68,4% em unidades, 41,9% em valor) passa um tanto despercebido quando se sabe que as vendas no mercado interno caíram 39,0% em janeiro/junho.

Há razões de sobra para que o sono dos trabalhadores não seja tão tranquilo quanto o era há um ano. A recessão, que apenas batia à porta por volta de abril, insinuou-se na vida econômica, instalando-se claramente em alguns segmentos importantes. Afinal, se há gente perdendo o emprego numa montadora, alguém vai perder mais à frente na indústria de autopeças ou de plásticos.

Do lado das indústrias, a situação é controlável. Conforme mostra a insuspeita e competente empresa de consultoria Arthur Andersen, as empresas brasileiras chegaram ao final de 1986 com dívidas equivalentes a 15,9-0/0 de seu patrimônio, em comparação com a marca de 20,4-0/0 ano anterior. Isso significa que enxugaram seus débitos, ganhando fôlego e saltando fora do sufoco de terem que produzir qualquer coisa, a qualquer preço para honrar o papagaio no banco no final do mês.

Sem dívidas — A recessão, por ser controlável, não assusta muito; mas se todas as máquinas pararem, a economia passa à depressão — a qual, na estimativa do ex-ministro Mário Henrique Simonsen significa o desemprego de hoje multiplicado por dois. Esse filme é de recente e má memória em São Paulo: em abril de 1983, quando havia um exército de 4 milhões de desempregados no país, a maior cidade brasileira foi sacudida por um onda de saques e quebra-quebras que sequer respeitou as grades do Palácio dos Bandeirantes, onde mora e despacha o governador do estado.

Não por acaso, o secretário do trabalho de S. Paulo, Lincoln Magalhães, recebe nesta terça-feira em seu gabinete os titulares da mesma pasta de seis estados brasileiros. Vão discutir providências a serem tomadas frente a um previsível aumento do fluxo migratório em direção a São Paulo e eventuais formas para se fixar os migrantes em sua terra.

Há, como se vê, quem tem o fantasma de 1983. Exorcizá-lo depende dos rumos que o governo federal vai dar aos ajustes na economia daqui para diante. A saída pela porta das exportações é a maneira mais evidente de se enfrentar a maré de números negativos que se prenuncia, de forma a manter o crescimento do Produto Interno Bruto positivo no final do ano — mesmo ao custo perverso de sacrificarse o setor voltado para o consumo interno. "Graças aos investimentos feitos durante o governo Geisel, a economia ganhou extrema agilidade quando quer direcionar-se ao mercado externo", afirma Henri-Philippe Reichstul, ex-assessor e atual sócio de João Sayad em uma empresa de consultoria. "Poucos podem saltar de um magro superávit comercial de 100 milhões de dólares mensais para um bilhão em tão curto espaço de tempo, como ocorreu recentemente no Brasil."